



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN)
Ata da 27ª reunião, realizada em 11 de abril de 2014

1 Em 11 de abril de 2014, reuniu-se a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Amarildo José
5 Brumano Kalil e Rander Abrão Tostes – representantes do poder público estadual;
6 Patrícia Helena Gambogi Boson e Jean de Carlos Breves – representante de usuários de
7 recursos hídricos; Maria Regina Lage Guerra – representante de entidade da sociedade
8 civil ligada aos recursos hídricos. **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** A presidente ad
9 hoc Patrícia Helena Gambogi Boson declarou aberta a 27ª reunião da Câmara Técnica de
10 Planos de Recursos Hídricos. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não
11 houve manifestações. **3) EXAME DA ATA DA 26ª REUNIÃO.** Aprovada por
12 unanimidade a ata da 26ª reunião da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos,
13 realizada em 13 de dezembro de 2013. **4) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA**
14 **AS REUNIÕES DA CTPLAN EM 2014. Apresentação: IGAM.** Aprovada por
15 unanimidade a agenda de reuniões da CTPLAN para o ano de 2014, de acordo com a
16 proposta apresentada pela Secretaria Executiva, com sessões previstas para as seguintes
17 datas: 9 de maio, 13 de junho, 11 de julho, 8 de agosto, 12 de setembro, 10 de outubro,
18 14 de novembro e 12 de dezembro. **5) APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE**
19 **RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO RIO**
20 **GRANDE.** Após a apresentação pela equipe de consultoria e do Comitê da Bacia, os
21 esclarecimentos de dúvidas e os debates, a Câmara Técnica de Planos de Recursos
22 Hídricos aprovou por unanimidade o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Alto Rio
23 Grande, com as seguintes recomendações: 1) Que o Comitê agregue ao plano de
24 investimento a aplicação do Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP) na área de
25 expansão agrícola identificada. 2) Que o anexo relativo ao setor de eucalipto, que não foi
26 aprovado juntamente com o Plano Diretor, seja encaminhado formalmente à Sociedade
27 Mineira de Silvicultura para avaliação. 3) Que o Plano Diretor seja transformado em um
28 pacto de bacia, no qual cada segmento envolvido deverá pactuar no sentido de atuar em
29 favor da implementação do instrumento. **Síntese dos debates que antecederam a**
30 **aprovação do Plano Diretor.** Foi feita apresentação do Plano Diretor, com destaque
31 para o processo participativo, diagnóstico, prognóstico, enquadramento, disponibilidade
32 hídrica na bacia, plano de metas e programas desenvolvidos. Durante e após as
33 exposições os conselheiros fizeram manifestações a respeito do trabalho, e os pontos
34 destacados foram esclarecidos pela equipe. **A presidente Patrícia Helena Gambogi Boson**
35 **solicitou considerações relativas a sedimentos na parte do diagnóstico e indagou se foi**
36 **feita comparação, no estudo de demanda e oferta, com o estudo geral do IGAM para**

37 outorga. “Tem dado diferença, em outros planos, entres as vazões calculadas pela equipe
38 do CBH e pela equipe do IGAM”. Foi esclarecido que essa comparação não foi
39 realizada. Nesse sentido, a presidente registrou a seguinte recomendação: “Fica uma
40 recomendação para saber se há variabilidade entre os dois levantamentos, e, se for o
41 caso, fazer a correção e a adoção do número mais adequado.” A presidente considerou
42 que eventual diferença nos dados pode ocorrer em função de critérios estatísticos
43 utilizados. O conselheiro Amarildo José Brumano Kalil ratificou o posicionamento da
44 presidente em relação à possibilidade de haver diferenças nesses dados considerando a
45 utilização de métodos diferentes de avaliação. O conselheiro comentou ainda sobre
46 causas da redução da vazão e questionou se aquelas indicadas na apresentação do Plano
47 Diretor foram identificadas ou se tratam de apenas suposições. Paulo Maciel, da equipe
48 responsável pelo Plano Diretor, informou que foram feitas suposições e registrou o
49 seguinte destaque. “Quanto aos sedimentos, existe o Instituto Maria de Barros, na bacia,
50 cuja missão é trabalhar controlando as voçorocas. O Comitê fez parceria com o instituto,
51 que forneceu estudos que foram utilizados no diagnóstico do Plano. Inclusive, foram
52 utilizados para propormos as ações do Plano nesse assunto. Eles têm uma linha de
53 pesquisa bem interessante em cima dessas voçorocas, e fizemos essa parceria exatamente
54 para trabalhar com os dados. Se fôssemos trabalhar com dados secundários, não seria
55 possível chegar a nenhum diagnóstico mais preciso”. Paulo Maciel destacou ainda que,
56 dentre os parâmetros limitantes da qualidade da água encontrada, estão os sólidos em
57 suspensão, principalmente no período de chuva, como responsáveis pela perda da
58 qualidade da água. A presidente Patrícia Helena Gambogi Boson recomendou que, na
59 apresentação ao Plenário do CERH, sejam destacadas as informações sobre os
60 sedimentos. O conselheiro Rander Abrão Tostes questionou se o pagamento por serviços
61 ambientais será contemplado em algum dos programas, considerando essa uma das
62 soluções que “viabilizam a conservação e a melhoria da quantidade de água nos rios”. A
63 equipe do Plano Diretor respondeu que se trata de uma das soluções consideradas e
64 ressaltou que foi realizado, inclusive, estudo sobre as possibilidades de fontes de
65 recursos. A presidente Patrícia Helena Gambogi Boson indagou se o aprofundamento
66 sobre o tema eucalipto, considerado no diagnóstico, foi tratado como anexo ao Plano
67 Diretor. A equipe respondeu que foram incorporados alguns resultados do estudo no
68 prognóstico, mas que, no relatório final, será considerado à parte, em atendimento à
69 orientação recebida. Nesse sentido, a presidente recomendou que seja explicitado na
70 aprovação do Plano Diretor que o anexo não faz parte da aprovação do Plano e que se
71 faz necessário o seu aprofundamento. A conselheira Maria Regina Lage Guerra
72 questionou se os laticínios da região estão tratando os esgotos. Paulo Maciel respondeu
73 que a grande maioria faz o tratamento. Ele comentou ainda a evolução do setor nesse
74 aspecto. O conselheiro Jean de Carlos Breves solicitou esclarecimentos quanto às metas
75 intermediárias de enquadramento e registrou os seguintes comentários: “No Conselho
76 Nacional está havendo uma discussão se estão previstos os enquadramentos
77 intermediários ou se são metas de investimentos intermediárias. Porque têm o horizonte
78 de 20 anos para implementar o enquadramento, mas como imagina que vai estar daqui a

79 cinco, dez, 15 anos? No Plano do Paranaíba foi feita uma proposta de investimento até
80 2029 e não há metas de enquadramento intermediário.” Paulo Maciel: “Tem que avaliar
81 o enquadramento sob o prisma de planejamento de recursos hídricos e o prisma de
82 comando e controle, que são a outorga e a licença ambiental. Temos que considerar que,
83 se são decretados o enquadramento e a meta para o cenário final como aquilo que é o
84 enquadramento da bacia, significa que tudo que estiver em desacordo está ilegal. Por
85 outro lado, quando se trata de planejamento de gestão de recursos hídricos, é
86 perfeitamente compreensível escalonar essa meta ao longo do tempo. Estamos falando de
87 parâmetros e não de enquadramento simples. No caso de metas intermediárias, no meu
88 ponto de vista, só têm sentido quando se especifica o parâmetro que está com problema.
89 Quando for pegar o estudo e transformar em Deliberação Normativa, vai ter que ser
90 avaliado isso, se isso vai ser deliberado conjuntamente com o COPAM ou por uma
91 deliberação apenas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Porque são duas visões
92 completamente diferentes.” O conselheiro Jean de Carlos Breves defendeu que conste no
93 Plano: “As empresas que estão instaladas terão 20 anos para se enquadrar. Vamos supor
94 que estão prejudicando de forma que entrega o efluente na classe 4. Ela tinha que ter, no
95 horizonte do Plano, uma orientação de que daqui a cinco anos, por exemplo, tem que
96 passar para classe 3 e daqui a 20 anos chegar à classe 2. Esse tipo de explicação teria que
97 vir no Plano”. Paulo Maciel: “É preciso preservar o uso, mas não se pode inviabilizar os
98 outros usuários. Sugerimos transformar em deliberação as considerações que têm de ser
99 feitas, porque essas considerações transformam o planejamento em realidade legal.” A
100 presidente Patrícia Helena Gambogi Boson propôs que o enquadramento seja uma
101 Deliberação Normativa do Comitê, que deverá “analisar cada corpo hídrico e fazer o
102 enquadramento e as especificações”. “Quando aprovarmos o enquadramento da bacia,
103 mesmo que tenha sido feito o trabalho de levantar os usos preponderantes, talvez uma
104 recomendação seria de que o enquadramento seja as diretrizes gerais para que o Comitê
105 de Bacia possa deliberar especificamente sobre o enquadramento trecho a trecho, corpo a
106 corpo.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “Eu observei, na apresentação, que a
107 região realmente tem uma vocação grande para irrigação, uma expectativa de
108 crescimento em torno de 140%. Temos que ter cuidado na questão de projeção porque a
109 irrigação surpreende. Quando os produtores entram nesse ramo de irrigação, entram em
110 escala exponencial. Inclusive, foi um dos conflitos mais sérios no Paranaíba. Na
111 construção da usina de Batalha, fizeram uma projeção até bastante interessante e, quando
112 foi verificar, ocorreu em um décimo do tempo que estava previsto. Temos que levar isso
113 em consideração, porque a demanda pela água vai ser grande. Na região do Paranaíba o
114 conflito já está instalado porque, apesar de haver muita água, o uso já superou a
115 disponibilidade. Então, se lá tem esse potencial para irrigação, eu acredito que deve
116 estourar muito antes do que está previsto. Isso deve ser levado em consideração. Eu acho
117 que poderia ser pensado no Plano, já que é uma vocação da região, de já entrar com
118 agricultura irrigada moderna, aquela que já usa bem a água, tem alta tecnologia e todos
119 os cuidados ambientais. No meu ponto de vista, o grande papel do Comitê é fazer com
120 que este Plano se torne a base para o grande pacto na bacia. A sociedade, de uma forma

121 geral, na escala total, não tem essa percepção. Poderia fazer uso do 1% da cobrança para
122 fazer o grande pacto. A única maneira de tornar a realidade é o pacto com a sociedade de
123 fato.” Túlio, da Gerência de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos
124 de Água/IGAM: “No nosso entendimento, é uma proposta de enquadramento. A
125 consultoria, além do trabalho de diagnóstico e de campo que foi feito, tem as consultas
126 públicas. Se existe déficit de participação, além de um trabalho minucioso de campo,
127 existiram as consultas públicas, e o Comitê debateu esses trechos onde há conflito ou
128 não. Então, no nosso entendimento, é uma proposta de enquadramento”. Presidente
129 Patrícia Helena Gambogi Boson: “Quando o Paulo confirmou que foi discutido trecho a
130 trecho no Comitê e que foram feitas discussões, quando é feito isso, trata-se de proposta
131 de enquadramento. Quando isso não é feito se torna apenas diretrizes.” Gustavo
132 Alvarenga Rodrigues, representante dos CBHs GD1 e GD2, comunicou a ausência de
133 representantes do IGAM nas últimas três reuniões do GD2 e registrou os seguintes
134 comentários: “Como foi falado, a sedimentação e as áreas degradadas são pontos fortes.
135 Com relação a Carrancas, o Comitê está só aguardando a aprovação do Plano para tomar
136 as providências com relação ao trecho da cachoeira da Fumaça. Dentro do Plano Diretor
137 estão a identificação e a localização das fontes de poluição pontuais e difusas. Temos um
138 pequeno projeto, uma parceria entre a Ufla, a Hidrofoco, empresa incubadora da Ufla; e
139 os comitês GD1 e GD2. Nesse projeto, temos o objetivo de ir atualizando o Plano
140 Diretor, e estamos formatando-o com a esperança de que o recurso do Fhidro venha para
141 termos condições de trabalhar. Temos a expectativa de trabalhar com veículos aéreos não
142 tripulados, com coleta de água, antes e depois de cada trecho, de cada cidade e de cada
143 mineração. Procuramos o apoio do IGAM para o repasse do recurso do Fhidro. Temos
144 boas ideias, e a nossa intenção é de realmente, com o tempo, ir atualizando o trabalho.”
145 Túlio, da gerência do IGAM, informou que irá verificar internamente o motivo das
146 ausências de representante do IGAM nas reuniões do Comitê, mas considerou a
147 possibilidade de ter havido exoneração de servidor de cargo de confiança ou término de
148 contrato, em função da fase de transição no Sisema. “Foi realizado concurso, no ano
149 passado, e estão sendo convocados os candidatos.” **6) APROVAÇÃO DO PLANO**
150 **DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO**
151 **DAS MORTES**. Após a apresentação pela equipe de consultoria e do Comitê da Bacia,
152 os esclarecimentos de dúvidas e os debates, a Câmara Técnica de Planos de Recursos
153 Hídricos aprovou por unanimidade o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio das
154 Mortes, com as seguintes recomendações: 1) Que o IGAM realize estudo e encaminhe ao
155 Plenário do CERH proposta de revisão das Unidades de Planejamento e Gestão de
156 Recursos Hídricos com a junção do GD1 e do GD2 em um único Comitê. Que o
157 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a partir de uma avaliação do IGAM, aprecie a
158 proposta de junção das duas unidades. 2) Que o Comitê procure a Fiemg para tentar
159 viabilizar a inclusão, no programa Minas Sustentável, de uma atuação no trecho do rio
160 das Mortes, perto de Barbacena, em relação aos problemas relacionados com a indústria.
161 3) Que seja pautada no CERH uma discussão sobre risco hídrico no Estado de Minas
162 Gerais, a partir de algum levantamento ou estudo, para que o Conselho tome consciência

163 do cenário atual do Estado em termos de quantidade e de qualidade de água. Gustavo
164 Alvarenga Rodrigues, representante dos CBHs GD1 e GD2: “Realmente foi discutido
165 cada trecho. No caso do GD2, o maior problema é o rio das Mortes, de Santos Dumont
166 até a barragem do Funil. Nesse trecho, os Comitês GD1 e GD2 já estão buscando
167 parcerias para que seja analisada especificamente a qualidade de água de cada trecho, em
168 cada município, antes e depois da cidade e das minerações existentes. Esperamos ter o
169 apoio da Fiemg, do IGAM e do Fhidro. Se o recurso chegar às bacias vai ter um
170 resultado bacana do trabalho de todos nós.” Conselheira Maria Regina Lage Guerra:
171 “Fiquei observando a questão da diminuição do volume da água dos rios. Vocês
172 apresentaram algumas causas, alguns estudos de universidades demonstrando a
173 correlação com plantações de eucalipto. Eu acho que essas correlações são bem-
174 complexas. Por exemplo, uma doença é multifatorial, e eu acredito que nessa área
175 também haja estudos que apontem o peso de cada fator naquele acontecimento. Eu acho
176 que deveríamos discutir isso aqui, porque todos nós podemos constatar, viajando e pela
177 nossa história, que todos os rios em Minas Gerais estão diminuindo o volume. Isso é um
178 fato, uma unanimidade no Estado. É claro que, em cada região, há fatores diferentes.
179 Não sei se existe estudo sobre o peso da plantação de eucalipto, o peso do aumento da
180 população humana, o peso do aumento da irrigação. Eu acho que o Comitê precisa
181 estudar, inclusive, para se basear num Plano Diretor realmente.” **7) DISCUSSÃO E**
182 **REVISÃO DA MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH QUE**
183 **DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E DIRETRIZES GERAIS PARA A**
184 **ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS DE**
185 **BACIAS HIDROGRÁFICAS, BEM COMO MECANISMOS E CRITÉRIOS DE**
186 **ACOMPANHAMENTO DE SUA IMPLANTAÇÃO E DO PLANO ESTADUAL**
187 **DE RECURSOS HÍDRICOS.** A Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos
188 iniciou a discussão e aprovação da Minuta de Deliberação Normativa nesta sessão, tendo
189 aprovado por unanimidade os Considerandos, com exceção daqueles destacados pelo
190 IGAM na minuta consolidada após as contribuições recebidas. A minuta de DN deverá
191 ser pautada na próxima reunião e, conforme consenso entre a Presidência e os demais
192 conselheiros, a discussão deverá ser retomada a partir do Parágrafo 1º, e a Câmara irá
193 discutir apenas os destaques encaminhados à Secretaria Executiva dentro do prazo
194 regimental. Com essa definição da Câmara, a presidente Patrícia Helena Gambogi Boson
195 esclareceu que outras eventuais propostas de emendas deverão ser encaminhadas
196 diretamente ao Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Proposta de
197 emenda apresentada pela presidente Patrícia Helena Gambogi Boson: “Acrescentar no
198 Artigo 3º os aspectos referentes às alterações climáticas. Os planos devem considerar os
199 relatórios do IPCC, como recaem na região. Mesmo que seja de maneira macro, o plano
200 tem que considerar se é uma região de criticidade ou não. O IPCC já trouxe alguns
201 elementos em que se pode inferir esse tipo de proposta.” **8) ASSUNTOS GERAIS.** Não
202 houve manifestações. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
203 tratados, a presidente Patrícia Helena Gambogi Boson agradeceu a presença de todos e
204 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Patrícia Helena Gambogi Boson
Presidente nesta sessão

Amarildo José Brumano Kalil

Rander Abrão Tostes

Jean de Carlos Breves

Maria Regina Lage Guerra
